A CUIABÁ-SANTARÉM (BR-163) NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos – mmpassos86@gmail.com.br
Departamento de Geografia – UEM – Maringá/BR-BR
Membre Associé au Laboratoire COSTEL – Université Rennes 2 – France

RESUMEN

Las décadas de 1970 y 1980 fueron marcadas por la disminución rápida de las superficies ocupadas por las florestas tropicales. Este fenómeno es particularmente espectacular en Brasil donde se estima que 551.000 km^2 de la floresta amazónica fueron destruidos para una *mise en valeur* agrícola (agropecuaria). El caso de Mato Grosso es muy revelador de esa evolución en razón de la extensión de las superficies conquistadas por la agricultura en detrimento de la floresta y también en función de la diversidad de los paisajes preexistentes y de las formas actuales de ocupación de los llamados *"espacios vacíos"*. La Amazonía Mato-Grossense es la porción del territorio que se extiende al norte del paralelo 16º S y cuyo drenaje es en gran parte dominado por los principales afluentes del río Amazonas: Araguaia, Xingu, Teles Pires/Tapajós, Madeira/Guaporé. En la década de 1970 el gobierno brasileño transformó en proyecto de estrategia militar la ocupación territorial de la Amazonía, aplicando como doctrina los eslóganes: (a) *Seguridad y Desarrollo* e (b) *Integrar para no entregar*, ya que temía la influencia del modelo Cubano, materializado en América Latina a partir de la presencia notoria del Che Guevara en Bolivia. Entre 1970 y 1974 el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) dio prioridad al asentamiento de colonos pobres en los estados de Rondonia y Mato Grosso, conforme la propuesta del proyecto POLONOROESTE, atendiendo tres objetivos básicos: (1) *Objetivo Económico*: promover la agricultura teniendo como meta el aumento de la producción de alimentos para abastecer el mercado interno y para la exportación; (2) *Objetivo Demográfico*: frenar el éxodo rural y reorientar, para la Amazonía, el flujo que se dirigía para las grandes metrópolis del Sureste de Brasil; (3) *Objetivo Social*: disminuir las tensiones sociales provocadas por el latifundio en el Nordeste y por el minifundio en el Sur del país. Como estrategias de ocupación una serie de programas especiales de desarrollo del Gobierno Federal fueron implementados, entre los cuales destacamos:

- Pavimentación de la carretera BR-163, uniendo Campo Grande/MS a Cuiabá/MT;
- Pavimentación de la carretera BR-364, uniendo Goiás/GO a Cuiabá/MT;
- Creación de la Universidad Federal de Mato Grosso;
- Extensión de la primera gran línea de transmisión de energía eléctrica desde Cachoeira Dourada/MS até Cuiaba/MT;

- Implementación de programas especiales para la ocupación del *"cerrado"*[1]/POLOCENTRO que financió la ocupación de 1 millón de hectáreas de *"cerrados"* por la agropecuaria en el Norte de Mato Grosso;
- La pequeña producción de subsistencia de Mato Grosso sufrió los primeros impactos de los colonos gauchos y paranaenses.

La metodología adoptada para investigar como esas acciones definen/redefinen las dinámicas territoriales y, evidentemente, se plasman en el paisaje motivando una serie de impactos socioambientales, consiste en investigaciones de campo (observaciones empíricas, entrevistas, tomadas de fotos y filmes) y en los análisis de imágenes LANDSAT TM. Partiendo del presupuesto de que esas transformaciones acontecen, raramente de manera completamente espontánea y anárquica, es posible identificar las estructuras espaciales suficientemente recurrentes para que el estudio de toda esa región se preste a una tentativa de definir las configuraciones espaciales típicas, sus lógicas de funcionamiento y sus evoluciones temporales. El objetivo mayor es diagnosticar el estado actual de la ocupación del suelo, así como pronosticar las alteraciones futuras. La colonización agrícola y su corolario de deforestación – promedio anual de 20.000 km^2 – está en plena dinámica con el apoyo de los gobiernos – Federal y Estadual -, de los avances tecnológicos y de grandes grupos capitalistas (nacionales e internacionales).

Palabras clave: Amazonía, Mato Grosso, Impactos Socioambientales, Teledetección, Colonización Agrícola – BR-163.

Palavras-chave: Amazônia – Mato Grosso; conflitos sócio-ambientais – Teledetecçã – Coloização Agrícola – BR-163.

Introdução

A BR-163, longo eixo de 1764 km entre Cuiabá a Santarém foi inaugurada em 20 de outubro de 1976, com a promessa de desenvolvimento e de progresso para a Amazônia e o Brasil. Milhares de brasileiros foram atraídos para esta nova via de colonização. O Governo Federal, em consonância com os objetivos do Plano de Integração Nacional/PIN, delega ao INCRA a tarefa de coordenar o processo de colonização. Para os pequenos agricultores, o sonho não se realizou e a realidade observada atualmente ao longo da BR-163, notadamente no sudoeste do Pará, difere dos planos iniciais. O caráter produtivista e a dominação das grandes *trades (*Cargil, Bunge, ADM...) está inserido na paisagem, em detrimento das preocupações socioambientais. O objetivo desse estudo é analisar os reflexos dos conflitos entre madeireiros, pequenos agricultores, pecuaristas, grandes

[1] Tipo de sabana brasileña.

produtores de soja e, notadamente, a eficácia das Políticas Públicas no desenvolvimento sustentável da área de influência da Cuiabá-Santarém, concebida para *"ligar o homem sem terra à terra sem homem da Amazônia*" e, que, se projeta como um dos principais corredores de exportação de grãos, via porto da Cargil, em Santarém.

O texto e imagem do "*A BR-163: de estrada dos colonos a corredor de exportação*" é uma contribuição/reflexão da materialização desse processo, ao longo do tempo e do espaço, que apreendemos, notadamente, no pó colorido da estrada, no depoimento dos colonos e dos empresários... e, por que não?, No próprio espírito de um geógrafo, cidadão brasileiro... indignado com a indiferença, o desprezo em relação àqueles que foram despejados na fronteira agrícola num primeiro momento e, mais tarde, ao sabor da conjuntura do momento, relegados à situação de órfãos da pátria.

Metodologia

Este artigo foi extraído do Relatório Científico encaminhado à FAPESP e ao CNPq, instituições que apóiam o Projeto "Estudo dos impactos socioambientais no eixo da BR-163: de Cuiabá/MT a Santarém/PA". A metodologia da pesquisa está sustentada no esboço teórico-metodológico, proposto por Georges Bertrand (2002), ou seja, no GTP – Geosistema, Território e Paisagem -. As estratégias de pesquisa foram concretizadas a partir de (a) imagens Landsat, (b) observações sistemáticas da paisagem (a paisagem como indicadora da sustentabilidade socioambiental), (c) entrevistas, (d) consultas bibliográficas, (e) registros fotográficos/geo-foto-grafia e (f) filmagens a partir de roteiro elaborado com o objetivo de realização de filme-DVD (A BR-163: de estrada dos colonos a corredor de exportação).

Desenvolvimento da Amazônia ou desenvolvimento para a Amazônia

Os programas de desenvolvimento regional têm um caráter predominante de "desenvolvimento **da** Amazônia" em detrimento do "desenvolvimento **para** Amazônia". Nesse primeiro item do nosso artigo, vamos explicitar os programas "implantados", a partir de 1970, objetivando o desenvolvimento da região Centro-Norte do Brasil:

- Programa para a Integração Nacional (PIN) na primeira metade dos anos 70 - Programa Polamazônia de 1974 a 1980
- Programas de desenvolvimento rural integrados, do início dos anos 80
- Mega-programas dos anos 80 –
- Programa Piloto PPG-7 –

- Mega-Programa “Avança Brasil” –
- A nova política regional da “Amazônia Sustentável” –

O ambiente da fronteira

> *“Quando vim, se é que vim, de algum para outro lugar. Girava alheio. E no meu giro entrevi que não se vai nem se volta de sítio algum a nenhum”.*
>
> (Carlos Drumond de Andrade)

O objetivo, nesse momento, é explicitar algumas das várias reflexões/avaliações efetuadas ao longo do pó colorido da estrada. Portanto, o termo “ambiente” está sendo empregado para fazer referência à “atmosfera material e cultural” vivida nas áreas de fronteiras.

Há fronteiras onde as relações dos homens com o meio são mais diretas, mais empíricas. Os pioneiros chegam sem muitos recursos financeiros e, então, vão empregar as técnicas que dominam: vão desmatar à base do machado e da caixa de fósforo, vão lavrar a terra com o objetivo de produzir para o sustento da família: arroz, feijão, mandioca, milho; vão criar animais – com a mesma preocupação -: porcos, galinhas, algumas vacas leiteiras. Vão reproduzir as festas, as mesmas festas do local de origem, regra geral festas religiosas. A casa, a escolha do sítio para o seu assentamento – regra geral a meia vertente, eqüidistante da água e da estrada, de modo a ter acesso a estes dois elementos essenciais. Em termos de organização do *habitat* rural, prevalecem as curruptelas e/ou o *habitat* isolado. O *ambiente*, malgrado as diferenças ecológicas, é construído à imagem do local de origem: é o local para morar, trabalhar e, notadamente, sonhar. Sonhar com o futuro, mas, também, com o passado. O passado está presente, no desenho das casas, na reprodução das festas, na alimentação, nas cantorias, nas figuras afixadas às paredes, nas lembranças. Este *ambiente* pode ser duradouro, ou se diluir e desaparecer à medida que outras culturas e outras técnicas aportam a esse mesmo território. Podem-se exemplificar essas permanências culturais em alguns recortes do território mato-grossense: o vale do Guaporé-Jauru, notadamente, à margem direita do rio Jauru, onde a colonização se deu a partir da chegada de mineiros e capixabas – Jauru, São Domingos, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Rio Branco. Os ritmos sedimentados, de ciclos mais longos e de permanência mais duradoura observam-se, também, nas áreas de garimpo: Poxoréo, Santo Afonso, Arenápolis, Nortelândia, Alto Paraguai. Aqui, não é o garimpo em si que dá a sedimentação cultural do viver garimpeiro, mas, notadamente, a procedência e o tempo de permanência – territorial e cultural – desses num mesmo recorte geográfico. Há lugares onde a “nova

fronteira"[2] se sobrepõe à "velha fronteira". Ao mesmo tempo em que o encontro dessas duas fronteiras, muito diferenciadas, culturalmente e tecnicamente, propicie novas oportunidades e dinamize os locais, é possível que prevaleça a exclusão, parcial ou total, das culturas menos capitalizadas[3].

A "velha fronteira" e o seu corolário resistiram pouco à chegada dos sulistas – mais capitalizados, mais organizados, mais numerosos, mais amparados, inclusive por políticas governamentais.

A "nova fronteira", iniciada nos anos 1970, se construiu de fora para dentro e de dentro para fora. E teve etapas e dinâmicas diversas.

As empresas colonizadoras – Sinop, Colíder, Indeco, Feliz etc. – e as grandes cooperativas nacionais – Cooperlucas, Canarana, Coopervale etc. – puseram em prática um plano de gestão que consistia, basicamente: na fundação de cidades, divisão e venda de lotes rurais e urbanos, seleção dos colonos, ou seja, uma reprodução dos padrões sulistas (paranaenses, catarinenses e rio-grandenses). Esses primeiros anos do processo de colonização do Estado do Mato Grosso se deram à base do empirismo e do lotérico, no sentido da improvisação e das incertezas. Muitos migrantes chegaram e, logo depois, retornaram. As dificuldades, motivadas pelo isolamento – falta de estradas, falta de prestadores de serviços, falta de compradores, a solidão nos cerrados, as saudades do sul maravilha, a ineficiência/inexistência de serviços básicos: saúde e educação – estão muito presentes nas narrativas dos que resistiram e permaneceram. A permanência só foi possível graças ao espírito de agrupamento, muito presente e valorizado pelos sulistas. É um bom exemplo dessa fronteira que acontece de "fora para dentro", ou seja, com a chegada progressiva e contínua dos colonos, das cooperativas, das culturas, das técnicas e que, mesmo antes da sua sedimentação, precisa ser construída de "dentro para fora", isto é, na resistência e na superação das dificuldades, no preenchimento dos vazios, notadamente da ausência do Estado[4]. Os primeiros colonos, vindos da região de Cruz Alta/RS, que chegaram a Diamantino e, posteriormente, se deslocaram mais ao norte, ao longo do atual eixo da BR-163, se deslocaram motivados por inúmeras atrações – terras férteis e baratas, perspectivas/promessas da abertura da BR-163 etc. Essas promessas de "fora para dentro", qual seja, do Governo para a fronteira, que ficaram mais no âmbito do "tudo é outra coisa" custou caro aos colonos. Estes tiveram que abrir estradas, construir usinas hidrelétricas, perder filhos e outros parentes por falta de assistência médica, conforme relatos de alguns colonos ligados à Associação dos Pioneiros de Nova Mutum (APINM).

---

[2] Consideram-se "Nova Fronteira" as áreas, cuja ocupação se deu de forma densa – no tempo-espaço – a partir da chegada dos sulistas, ou seja, no início dos anos 70.

[3] O sistema é dual, ou seja, composto de duas vertentes antagônicas: o pequeno produtor e a grande empresa, colada ao agronegócio.

[4] Nunca é demais lembrar que a "ocupação dos espaços vazios", notadamente do Centro-Oeste brasileiro, apesar de toda a propalada política de incentivos governamentais, dos incentivos fiscais etc., se dá a partir da compreensão de que o Estado Brasileiro só se constrói, só se torna efetivamente presente a partir das "ações" e estas ações, regra geral, estão à jusante da chegada dos pioneiros.

Mas essa fase, onde prevaleceu o de “fora para dentro”, ou seja, um modelo mais centrípeto, no que diz respeito ao fluxo de colonos, de atividades e de ações governamentais, se não está totalmente superado, está, ao menos, atenuada.

Atualmente, a fronteira está muito globalizada e fortemente dominada por decisões externas, por decisões do mercado internacional e das grandes *Trades* – Cargil, Bunge, ADM. Mas o curioso é que, apesar dessa gestão amarrada à economia mundial, a fronteira se constrói de “dentro para fora”, ou seja, ela está mais assumida e mais capitalizada, ciente das diferenciações relativas ao que acontece no Sul do país. Ela ainda avança em direção às novas áreas – sobretudo de floresta de transição, uma vez que as áreas de cerrado já foram quase que totalmente ocupadas.

No esforço de escolher uma imagem/uma expressão que seja reveladora do *ambiente* da fronteira atual, diria que esta imagem é a da “**exclusão**”. E por quê? É que a fase atual é do crescer de “dentro para fora”, ou seja, “criar corpo”. Criar corpo deve ser traduzido pela necessidade de responder aos elevados custos de produção a partir do aumento do volume. Volume do parque de máquinas, volume da extensão da área de plantio, volume no domínio da cadeia de produção: financiar o plantio, financiar a colheita, financiar as máquinas, financiar a camionete. Quem não consegue criar corpo, fazer volume, vai enfrentar sérias dificuldades doravante, e está sob riscos de desaparecer. Um pioneiro de Nova Mutum, que chegou à região no início dos anos 1970 – inicialmente em Diamantino – expressou uma frase que figura muito bem esta avaliação: “*eu estou estressado, tenho que ser agricultor, mecânico, dominar o computador, saber comprar, saber vender, saber usar o fertilizante químico... é coisa demais para a minha cabeça; e pior, eu estou com medo de não poder segurar a minha propriedade de 400 hectares que está ficando pequena demais para tudo isso, para os custos das máquinas, para o poder de barganhar com os bancos, com as empresas que compram e que vendem o que precisamos aqui na lavoura...”.*

A necessidade de criar corpo para poder sobreviver leva as frentes pioneiras a “trocar o pneu com o carro em movimento”, ou seja, a fase das Colonizadoras, que criavam cidades planejadas, parece estar fora de moda. Observam-se algumas frentes pioneiras que são nitidamente “frentes de produtores” (e não de colonizadoras). Destacam-se duas delas: (a) Chapada dos Parecis, notadamente o trecho entre Tangará da Serra e Sapezal no eixo da BR-364, cujo domínio é das grandes fazendas produtoras de grãos, com trabalhadores terceirizados/temporários e com produtores, regra geral, arrendatários das terras. A alta do preço da soja – em grande parte favorecida pelo câmbio – leva esses produtores a expandirem o cultivo da soja para as chamadas “áreas marginais”, ou seja, para parcelas territoriais onde as condições pedológicas não recomendariam a agricultura em vista da arenização dessas áreas. A justificativa para a ocupação dessas áreas marginais vem numa expressão muito comum na região: “*é preciso construir o solo”;* (b) outra “frente de produtores” está situada ao longo da MT–242, que liga, no sentido leste-oeste, as BRs 163 e

158. São praticamente, 250 km, ao longo de estradas de terras, onde a sinalização aponta, tão somente, para as fazendas (nomes das fazendas e distâncias). A meio caminho – entre as duas BRs -, chega-se à corruptela de Água Limpa: um posto de serviço (restaurante, pousada, agroindústria...). O chapadão e os terrenos mais rugosos estão cobertos de culturas – soja, milho, algodão -. Mais adiante, as grandes fazendas de pecuária estão esperando a chegada da soja. E já calculam a venda da terra valorizada e o deslocamento para as áreas de floresta mais ao norte. No entanto, a ocupação das áreas florestadas já não é um "privilégio" da pecuária. É muito recorrente o fato de observar-se o plantio de soja a partir do primeiro ano de desmate da floresta de transição. Pode-se afirmar que primeiro chegam as *trades* e as cooperativas nacionais e, logo após, os plantadores de soja. Aquela fase de "é preciso amansar a terra", com o plantio de arroz nos primeiros dois, três anos após o desmate, está totalmente defasada no cenário atual: "*já temos tecnologia para o plantio de soja imediatamente após o desmate*", afirmam muitos produtores entrevistados.
Da viagem realizada entre 19 de julho e 5 de agosto de 2005, a partir de Cuiabá para alcançar Santarém, fica na mente o *ambiente* de uma fronteira em estado de choque: a crise no mercado internacional da soja; a Operação Curupira desencadeada pelo Ibama em co-autoria com a Polícia Federal – mais do que justificada pela corrupção de funcionários do Ibama, beneficiários maior dos crimes ambientais, concretizados pelos desmatamentos ilegais; pelo assassinato da freira americana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang, a tal ponto que o gerente do Ibama, em Santarém, suspira para afirmar: "estamos sob o manto protetor da irmã Dorothy" e conclui: "a morte da freira atraiu a Polícia Federal que intimida os criminosos".

Os pioneiros

Os pioneiros são plurais, pois provêm de regiões cuja formação socioespacial se deu de forma muito diferenciada no tempo e no espaço. Ademais, ter uma mesma "região de origem" não significa ter uma mesma bagagem socioeconômica e cultural. Os clãs familiares, pequenos grupos de amigos podem, a partir de ações de solidariedades, conscientes ou não, dar respostas "combinadas" ao sucesso ou às vicissitudes do novo mundo, do mundo da fronteira, do mundo dos sonhos, das realizações e das frustrações/desolações. Com o intuito de se retratar de forma objetiva a subjetividade dessa gente, desses pioneiros, optou-se pela valorização dos depoimentos dados de forma espontânea por alguns desses brasileiros que se deslocaram, quer atendendo aos chamados das políticas públicas de colonização, quer aos chamados das empresas colonizadoras, ou de forma caótica, muito mais motivados pelas dificuldades vividas nos seus locais de origem do que pelo conhecimento prévio das possibilidades dos locais de chegada.

Em Nova Mutum-MT, encontra-se a Associação dos Pioneiros de Nova Mutum (APINM), que simboliza com muita pertinência/aderência os gaúchos que foram deslocados da área inundada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica do Salto do Joaquim, municípios de Cruz Alta, Jussara, Não Me Toque, entre outros. Os primeiros colonos, verdadeiros pioneiros, conheceram as terras do atual município de Nova Mutum, trazidos numa "excursão" promovida pela Colonizadora Eldorado[5]. Aqui encontraram uma realidade bem diferente do Rio Grande do Sul, onde cultivavam soja e trigo.

Com a venda de 1 hectare de terra em Cruz Alta, por exemplo, se comprava 10 hectares em Nova Mutum, onde o módulo predominante era de 400 hectares.

A longa espera pela chegada do Linhão, a assim chamada rede de transmissão de energia elétrica de Cachoeira Dourada/Goiás para o Nortão do Mato Grosso, levou os primeiros pioneiros, em 1978, a se agregarem e fundarem a APINM. O objetivo e realização maior dessa Associação, constituída inicialmente por 65 pioneiros, foi concretizada com a construção de uma usina hidrelétrica, a partir do represamento de um pequeno ribeirão que deságua no rio dos Patos, com recursos próprios, somados ao empréstimo efetuado junto ao Banco do Brasil. O número atual de associados foi reduzido para 58, muitos deles têm, ainda, suas terras penhoradas em função desse empréstimo contraído junto ao Banco do Brasil.

Atualmente, essa pequena usina fornece energia elétrica para 60 fazendas, de sócios e usuários. Os pioneiros estão satisfeitos com esta realização por motivos diversos: a energia é mais barata, quando comparada ao custo da energia fornecida pelo Linhão; as eventuais interrupções no fornecimento de energia, motivadas pelos acidentes (pássaros, raios, danificação de postes etc.) são reparadas muito rápido, enquanto que as interrupções do Linhão levam muito mais tempo para serem restabelecidas.

No início, 1978-1979, a Emater/MT indicava tão somente o plantio de arroz como a solução para os agricultores da região. Não existia nenhuma pesquisa sobre a viabilidade da soja no Médio Norte Mato-grossense. Foram os pioneiros, num debate com os agrônomos da Emater (Diamantino-MT), que tomaram a iniciativa de plantar soja, apesar das opiniões contrárias dos técnicos. Nos primeiros três anos, após o desmate do cerrado, se plantava unicamente arroz; no 4º ano, a terra era deixada em pousio, retornando ao plantio de arroz, no 5º ano.

O módulo (400 hectares) de terra adquirida pelo Sr. Alfredo Christiano Horn, um dos pioneiros vindos de Cruz Alta e fundador da APINM, foi formado, segundo depoimento do mesmo, segundo estas etapas:

- no primeiro ano, desmatou 100 hectares de cerrado, com dois pequenos tratores, e plantou arroz;

[5] A colonizadora Eldorado tinha sede em Porto Alegre-RS, no entanto os proprietários da mesma eram paulistas.

- no segundo ano, desmatou mais 150 hectares e plantou arroz (130 ha) e soja (20 ha);
- no terceiro ano, desmatou o restante, com exceção da Reserva Legal (20% do lote);
- uma Emenda Constitucional do Senador Jonas Pinheiro legalizou a compra de "área disjunta", para efeito de cumprimento da Reserva Legal. A partir dessa Emenda, o Sr. Alfredo e muitos outros proprietários rurais, compraram áreas de terras com cobertura vegetal nativa e, então, adquiriram o direito de desmatar todo o lote. É possível que mais de uma pessoa tenha comprado e pago ao Estado uma mesma área. O mais lacônico é que esta Emenda foi revogada dezoito meses após a sua aprovação: tempo suficiente para todo tipo de picaretagem e de agiotagem, inclusive para "legalizar" todo o desmatamento nas terras propícias à mecanização para efeito de agricultura e, claro, para gerar mais lucro às empresas colonizadoras e aos corruptos, em detrimento da sustentabilidade ambiental;
- em 1981-1982, toda a fazenda do Sr. Alfredo estava formada. A BR-163 foi aberta ao trânsito em 1972 e asfaltada em 1985, no trecho do Médio Norte Mato-grossense.

Em 1982, a soja explodiu em todo o Médio Norte: sem pesquisa alguma, tudo na base da experiência vivida no Sul do Brasil. Em 1995-1996, começaram os problemas: cancro da haste da soja, nematóides etc.

Para muitos colonos, mesmo provenientes do Sul do Brasil, a experiência em relação ao plantio da soja era nula e, além dessa limitação, faltavam-lhes os recursos para desenvolver a cultura da soja, pois esta requer muitos investimentos. Estas e outras dificuldades foram vencidas graças ao "crédito" concedido pelas revendedoras de máquinas e equipamentos, que entregaram o "parque industrial" em setembro, antes da concessão dos financiamentos agrícolas, em novembro de 1982.

As dificuldades levaram os sementeiros a se unirem e a fundarem a Fundação Mato Grosso (www.fundacaomt.com.br). Esta Fundação nasceu em Rondonópolis-MT e recebeu o apoio de praticamente todos os sementeiros e produtores de soja do Estado do Mato Grosso. "Contrataram" um técnico da Embrapa, que era compensado com um salário extra, e buscaram assessoria junto à Embrapa de Londrina-PR, pois a Embrapa de Diamantino não tinha recursos financeiros e humanos suficientes.

O Médio Norte está sedimentado, porém, não imune às crises, notadamente, do mercado internacional. O progresso que se realizou aqui, em cinco anos, seria necessário mais de vinte anos no Sul do país, segundo os pioneiros.

A realidade vivida pelos pioneiros em áreas mais isoladas, como em Novo Progresso, no sudoeste do Pará, é reveladora do fato de que existem ao longo da BR-163 muitas frentes pioneiras e muitas identidades de colonos e de pioneiros.

As últimas observações sobre o terreno e entrevistas realizadas com produtores, gerentes de cooperativas e de colonizadoras, com lideranças políticas etc. permitem afirmar que, no momento atual, ou seja, de mercado internacional da soja muito valorizado, observa-se a ocupação de “áreas marginais”.

São consideradas como “áreas marginais” os espaços definidos pelas seguintes características:

- parcelas territoriais distanciadas dos dois principais corredores de sustentação da logística de transporte: BR-163 e BR-158;
- áreas cujas condições geopedológicas e clímato-hidrológicas são menos favoráveis ao cultivo agrícola;
- mas que, apesar desses conflitos, estão sendo aproveitadas pelos produtores de soja, em função do aquecimento do mercado internacional da soja, ou seja, dos bons preços praticados nas safras de 2002/2003 e 2003/2004;
- esses territórios são apropriados tão somente para a produção agrícola, notadamente de soja. Nos últimos anos, a fronteira agrícola tem acentuado o seu caráter “produtivista”, em que o processo de colonização propriamente dito (fundação de cidades, assentamento de colonos, definição de uma estrutura agrária mais eqüitativa etc.) está fora de moda.

Aqui, o caráter de exclusão social é muito mais forte do que o observado na fase das colonizadoras, se bem que estas tinham um caráter elitista. De outro lado, a pressa em “construir o solo” para o plantio se revela excessivamente agressivo, notadamente em relação às áreas de Reserva Legal e de Reserva Permanente.

Existem muitos exemplos significativos e complexos que poderiam ser explicitados, a fim de se mostrar como o "*modus facienti*" da política de ocupação da Amazônia se caracteriza por uma seqüência de erros que resultam em injustiças sociais e na devastação dos recursos naturais.

A investigação será limitada aqui ao eixo da BR-163 e, obviamente, a avaliar/analisar como este recorte territorial se projeta e interfere na organização do espaço do Médio Norte e Nortão do Mato Grosso e, ainda, nas definições/redefinições territoriais motivadas pelas perspectivas de asfaltamento da BR-163 (até Santarém) e das estradas de integração leste-oeste - BR-080 e MT-242-, ou seja, de ligação da BR-158 à BR-163, de um lado, e, de outro,

como a logística de transporte: asfaltamento das rodovias, acesso aos portos de Santarém-PA e de Itaqui-MA e as políticas das *trades* (Bunge, Cargill, ADM) interferem/interferirão no modelo de desenvolvimento regional e na regionalização, notadamente nos aspectos relacionados aos impactos socioambientais.

O exemplo da Transamazônica (BR-230), uma faixa de 100 km de largura, de cada lado da BR-163, foi incorporado ao Plano de Desenvolvimento Nacional pelo Decreto Presidencial de 1º de abril de 1971. Esse Decreto (nº 1.164) exclui expressamente as terras indígenas. Essas largas faixas são destinadas especificamente à implantação de colônias agrícolas, sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

É inegável que a visita do Presidente Emílio Garrastazu Médici à região Nordeste, vitimada pela nefasta seca de 1970, foi a motivação do momento para, em discurso pronunciado no dia 6 de junho desse mesmo ano, anunciar em tom patriótico que "o governo iria tomar todas as providências necessárias para ligar o homem sem terra do Nordeste à terra sem homem da Amazônia". Dez dias depois, foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), em cuja pauta figurava como objetivo maior a construção imediata das estradas Transamazônica e a Cuiabá-Santarém[6].

O imediatismo como foram planejadas e executadas estas duas grandes rodovias não contribuiu minimamente para atenuar os impactos socioambientais que acabaram se manifestando já no processo de construção, e que foram administrados ao sabor dos governantes, da disponibilidade de verbas e dos improvisos.

A principal justificativa invocada para a construção da Transamazônica – a integração nacional – não é fácil de ser compreendida. Seria mais fácil e oportuno promover a integração do Sul – desenvolvido, rico, industrial – com o Centro-Norte – subdesenvolvido, pobre e agrícola. A integração do pobre e populoso Nordeste com a pobre e quase despovoada Amazônia requer políticas públicas de médio e longo prazo, e isto não aconteceu.

Os colonos

Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o planejamento e a execução do programa de assentamento de colonos ao longo da Transamazônica e da BR-163. Essa transferência "dos homens sem terra" para "a terra sem homens" foi efetuada em consonância com o discurso e os objetivos do Plano de Integração Nacional (PIN) e, se viabilizou, notadamente, pela abertura de estradas e pela implantação de agrovilas.

---

[6] A BR-163, também conhecida como Cuiabá-Santarém, tem uma extensão de 1.747 km; foi iniciada em 1970 e concluída em 1974. A Transamazônica (BRs 230, 404, 317 e 364) inicia-se em João Pessoa-PB e vai até a divisa com o Peru, numa extensão de 6.368 km; a sua construção teve início no ano de 1970 e, segundo Rebelo (1973), seria concluída em 1974.

As sucessivas mudanças dos “planos de desenvolvimento”, ao sabor das conjunturas política e econômica, contribuíram para a falência da grande maioria dos projetos de colonização – seria mais correto denominá-los de transferência de colonos – conforme se pôde constatar a partir das viagens de estudos realizadas nos últimos quatro anos ao longo da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica.

As *agrovilas* implantadas ao longo da BR-163, a intervalos de 10 km, compreendem uma área de 100 hectares, em que estão assentadas as moradias dos colonos, uma escola primária, uma capela ecumênica, um pequeno armazém, uma farmácia e uma clínica, dirigidas por Assistente Rural. Muitas dessas agrovilas retratam a frustração do Projeto Incra, e dos próprios colonos, e se encontram em estado de total pobreza e esquecimento dos gestores públicos[7].

Cada casa ocupa uma área que varia entre 20 m x 80 m e 25 m x 125 m, com espaço para o cultivo de uma horta, instalação de terreiro (de chão batido) para secagem da pimenta-do-reino, de pequena e rudimentar farinheira, de galinheiro, chiqueiro etc. As glebas reservadas a cada família para a lavoura medem 100 hectares e, de acordo com o planejamento, ficam, em média, a 5 km da agrovila. A maioria das glebas é estreita, medindo 500 m de frente – à margem da BR-163 – e 2.000 m de fundo. A lei que determinava que 50% da cobertura florestal deveriam ser mantidas não foi respeitada, por diversas razões.

A cada 50 km, ao longo da rodovia, foi instalada uma agrópolis – cidade agrícola, com quatro agrovilas sob a sua jurisdição.

Apesar do Plano de Colonização prever a instalação de uma rurópolis, a cada 150 km da rodovia, que teria duas agrópolis sob sua jurisdição, constatou-se que apenas uma dessas cidades foi efetivamente implantada ao longo da Cuiabá-Santarém, no entroncamento com a Transamazônica. Trata-se da “Rurópolis Presidente Médici” que, mais tarde, foi rebatizada tão somente de Rurópolis.

Constatou-se, a partir das últimas visitas (2004 e 2005) realizadas nessa localidade, o estado de desolação, decadência e pobreza[8].

---

[7] Em agosto de 2004, durante uma das nossas viagens ao longo da Cuiabá-Santarém, paramos em Vila Izol, uma agrópolis assentada no km 1000 da BR-163, para reparar um dos pneus do veículo. A Silvana – que me acompanhava nessa viagem - solicitou uma *toilette* à “gerente” do promíscuo hotel da vila - e ouviu da prestativa senhora: "*toilette* nós temos, mas estamos há dois dias sem água. Está tudo muito sujo". Dá para acreditar que em plena Amazônia, terra de grandes rios, de clima tropical úmido, falta água para a descarga do vaso sanitário? A “gerente” tinha razão, a “*toilette*” fedia, estava totalmente emerdada, uma pocilga.

[8] Da última vez que visitei Rurópolis (28/7/2005), almocei num restaurante que funciona ao lado do posto de gasolina. Já passava das 16 horas. O prato-feito era muito bem servido, notadamente de carne. Um homem forte, sadio e jovem fixou o seu olhar sobre a minha mesa. Avaliei que ele queria/precisava de comida. Dada a “boa aparência”, fiquei constrangido em convidá-lo para servir-se do prato. Assim que solicitei a conta à garçonete, o homem se aproximou e perguntou se podia se servir da sobra. Mal concordei e, não apenas um, mas quatro homens jovens de boa aparência enfiaram as mãos no prato e saíram às pressas – quase correndo – com os pedaços de carne nos bolsos. Observei que eles adentraram numa capoeira ao lado... Certamente foram matar a fome, longe do constrangimento.

No início, o Incra fornecia transporte gratuito ao futuro colono e à sua família, desde o lugar de origem até à agrovila. O colono adquiria o lote rural, cujo pagamento deveria acontecer ao longo de 23 anos, a juros baixos, ou a juro nenhum. Segundo o Plano, seria construída para cada colono uma casa simples dotada de utensílios, sendo desmatados dois hectares do terreno pelo governo, que se comprometia a financiar novos desmatamentos mais tarde. O Ministério da Agricultura, por meio do Incra, se comprometia a "instalar água encanada e eletricidade em todas as moradias, e a pagar um salário mínimo, ao colono, nos primeiros seis meses": uma sedução irresistível para qualquer pessoa! O discurso do Incra foi esquecido e o que se constatou foi um quadro de pobreza e de frustração daqueles que foram atraídos para a beira das grandes rodovias transamazônicas que, de forma mais pertinente e coerente, deveriam ser chamadas de transmiserianas.

A frase do colono Vicente, que migrou do Maranhão para Bela Vista do Caracol, nos anos dos sonhos da Cuiabá-Santarém, ilustra bem o ânimo e o desânimo da grande maioria dos colonos que chegou atraída pelo discurso do Incra, e expulsos pela falta de perspectivas nas regiões mais estagnadas do país:

> *Éramos todos jovens, sonhadores, com muita energia e com muita vontade de vencer. Hoje estamos velhos, fracos, pobres e esquecidos.*

A primeira fase da "colonização agrícola" oficial se comprometia em assentar 100.000 famílias, calculadas em 500.000 pessoas, das quais 75% deveriam ser nordestinos. No entanto, o número de colonos que, de forma espontânea e, portanto, sem o devido controle do Incra, se deslocaram das regiões em crise, tanto do Nordeste como do Sul-Sudeste do Brasil, para a Amazônia, certamente ultrapassou as cifras oficiais.

O depoimento do Sr. Agamenon da Silva Menezes, presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Novo Progresso – sudoeste do Estado do Pará, concedido em 22 de julho de 2005, quando a região estava sob "intervenção" coordenada pela Polícia Federal e Ibama, na chamada Operação Curupira, ilustra, com muita pertinência o momento e, sobretudo, o processo vivido pelas populações locais:

> No ano de 1985, chegaram ao território da atual Novo Progresso, mais de duas mil famílias, que foram desalojadas pela formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. A indenização das terras e benfeitorias dessas famílias de paranaenses foi efetuada a partir de um valor muito baixo. No entanto, o governo acenou e orientou o deslocamento dos mesmos para as terras da Amazônia: terras baratas, férteis e de muitas oportunidades, segundo o discurso do momento. Essa política de "integrar para não entregar" atendia, na

> verdade, a dois objetivos do Governo Federal. Primeiro, evitando conflitos em áreas de dinâmicas territoriais negativas às populações locais; segundo, povoando as terras sem homens, os "vazios" demográficos.

A essa leva de colonos "sulistas", acrescenta-se os nordestinos, que chegaram à região, via Itaituba, se instalaram no Alto Tapajós e se dedicaram às atividades garimpeiras, uma das últimas fronteiras em busca da sobrevivência.

Em 1987-1988, a BR-163 ficou bloqueada por falta de conservação, deixando totalmente isolados os colonos e garimpeiros. Os caminhões transportando mercadorias e gêneros alimentícios atolavam na BR-163 e não havia a mínima condição de se ir além da localidade denominada por Armazém. Dos pontos de atoleiros intransponíveis, as mercadorias eram transportadas em tratores até a localidade de Armazém e, a partir daí, distribuídas por avião (pequenos monomotores) até os garimpos.

A localidade de Armazém serviu como ponto de logística ao território do Alto Tapajós até meados de 1989, quando saiu a rodovia "transgarimpeira", ligando Moraes de Almeida a Crepori (nome do rio que virou lugarejo). A partir de então, os caminhões chegavam até o povoado de Crepori e daí as mercadorias eram distribuídas por aviões aos garimpos (10 a 15 minutos).

A Transgarimpeira, que liga a BR-163, a partir de Moraes de Almeida até Crepori, apresenta-se em bom estado de conservação: a manutenção é feita pelas lideranças locais, pois o garimpo é muito significativo para todos e, claro, não recebe o fluxo de grandes caminhões como acontece na Cuiabá-Santarém. No entanto, na estação chuvosa – novembro a maio – fica intransitável.

Os garimpos ganham uma dinamização, afluxo maior de pessoas, quando estoura uma "fofoca". Nessas oportunidades, boa parte do comércio de Novo Progresso se desloca para Crepori. O início da ocupação desse território que vai de Novo Progresso (km 1.085 da BR-163) até a curruptela de São Jorge, também conhecida por Riozinho das Arraias, foi motivado pelo garimpo de ouro.

Com a chegada dos paranaenses, aconteceu a construção de casas de melhor padrão em Novo Progresso e o surgimento mais regular da agricultura e pecuária.

Diante da precariedade da BR-163, intransitável em boa parte do ano, criando sérias dificuldades ao desenvolvimento local-regional, as comunidades assentadas às margens da rodovia e, notadamente, as lideranças de Novo Progresso, passaram a "recuperar" e "manter" a rodovia, numa operação de tapa buraco, a partir de recursos advindos da cobrança de pedágio.

Essa iniciativa das lideranças de Novo Progresso motivou a chegada dos colonos paranaenses, que estavam isolados nos seus respectivos lotes rurais – morrendo de fome, malária e de outras doenças -, e de muitas outras famílias vindas do Paraná.

Em 1991, a população local já estava mais enraizada à realidade amazônica e, então, abraçou a bandeira da emancipação, que resultou, a partir de um plebiscito, na criação do município de Novo Progresso, em 1992, desmembrado de Itaituba.

Com a criação do município, o governo municipal priorizou a BR-163 e, a partir de recursos do Governo Federal e de tratores próprios, a manteve em condições razoáveis de tráfego.

Uma das tradições dos colonos paranaenses se manifestou em Novo Progresso, a partir das serrarias e madeireiras, tendo reflexos na economia local-regional e no aumento da população: dois mil na área urbana de Novo Progresso, no momento da emancipação (1992) e 34.000, segundo o censo do IBGE, no ano de 2000.

Os esforços da gestão municipal resultaram na chegada da energia elétrica (termoelétrica), em 1994, e da telefonia, em 1997.

A instalação das serrarias e madeireiras em Novo Progresso e arredores criou a necessidade de atrair mais mão-de-obra. A propaganda/divulgação da oportunidade de empregos, vinculada pelas rádios, principalmente em Itaituba[9], resultou na chegada de muitos nordestinos, mas, mesmo assim, até as mulheres trabalhavam nas serrarias, no que se considera como a "época de ouro" para a região do Alto Tapajós.

O maior problema dessa região está na chamada "questão fundiária", pois o Governo Federal, o Incra e o Ibama não conseguiram acompanhar toda essa rápida dinâmica socioambiental e, portanto, foram ineficientes no cumprimento dos papéis que lhes cabiam.

A partir de pressões internacionais e, notadamente, dos ambientalistas, o Governo está acusando toda esta gente de grileiros de terras.

Diante dessas observações, entrevistas e, claro, interpretações, não dá para afirmar que os colonos estão ilegais e que o governo (aqui representado pelo Ministério do Meio Ambiente) está agindo com a capacidade de gestão que a questão requer. As várias tentativas feitas para ouvir os donos de serrarias e de madeireiras foram frustradas. Aqueles que fizeram convites para entrar no escritório eram taxativos: não vou dar nenhuma informação, pois estamos sem nenhuma orientação do que fazer, de como proceder. As dificuldades de entrevistar um ou outro agente do Ibama, a serviço da Operação Curupira, não eram menores.

De forma discreta, muito sigilosa, sobre a vigilância de um aparato militar ostensivo, foi possível entrevistar um fiscal do Ibama em Novo Progresso, que afirmou:

> Quase toda exploração florestal é ilegal. Do ponto de vista ambiental, é totalmente predatória. Do ponto de vista social, é a

[9] Itaituba é um importante centro urbano (e porto) regional, assentado à margem esquerda do rio Tapajós. Como se sabe, o rio Tapajós deságua no rio Amazonas, em Santarém. As pessoas e as mercadorias provenientes de Belém e de Manaus e que chegam a Santarém, com destino ao Alto Tapajós e sudoeste do Estado do Pará, é posteriormente transportada em embarcações menores até os "portos" do rio Tapajós: Alenquer, Aveiros, Fordlândia, Itaituba. Os produtos e as pessoas que chegam a Itaituba e tem destino ao sudoeste do Pará (Novo Progresso, por exemplo), se desloca de balsa até Miritituba, do outro lado do rio, ou seja, na margem direita, e daí, a partir de transporte terrestre chegam aos mais diversos destinos.

> única alternativa. A presença do Ibama parou a cidade. Já ocorrem manifestações populares (legítima) em defesa dos seus interesses. O que se desenha aqui: os poderosos (madeireiros) manipulando a camada social pobre: panelaço (mulheres em cabine dupla e ar condicionado – batendo panelas). Se o interesse dos madeireiros é chamar a atenção das autoridades, eles estão dando um tiro no pé: não conseguem ser manchete nem na mídia local.

O gerente do Ibama, em Santarém, exprimiu uma frase que serve como resumo da ópera: "*estamos sob o manto protetor da irmã Dorothy*", justificando que o assassinato da freira atraiu todo um aparato militar, judicial e de outros agentes, entre eles das ONGs, e isto inibiu a violência que certamente teria ocorrido diante da atuação dos órgãos governamentais, notadamente da Operação Curupira.

Voltando ao início da colonização, constata-se, a partir dos depoimentos e da literatura, que as duas primeiras colheitas, após o desmatamento, foram muito produtivas, levando os colonos assentados e, ainda, aqueles que se encontravam na "lista de espera" e os próprios órgãos governamentais a uma exagerada euforia.

Na instalação dos núcleos agrícolas, o Incra adota um traçado retangular, sem considerar a fisiografia e as condições ecológicas dos lotes.

Some-se, aos problemas ecológicos, a precariedade dos títulos de posse, o que inviabilizou e ainda inviabiliza as possibilidades do colono contratar créditos bancários para o desenvolvimento da agricultura.

Nos anos 1970, ainda havia na concepção dos colonos e dos órgãos responsáveis pela gestão do avanço das frentes pioneiras, a quase-cultura de se identificar as terras de floresta como sinônima de solo fértil: um equívoco! É bom lembrar que as limitações ecológicas podem ser, em parte, compensadas com investimentos financeiros, técnicos e com o cultivo de produtos competitivos.

Para o ecologista, o "meio"[10] é o ambiente físico-químico de um ser vivo ou de uma comunidade de seres vivos com o qual os últimos estabelecem trocas permanentes de matéria e de energia. Como o indica de outra parte a etimologia, o meio natural se define com relação a um objeto, vegetal ou animal. Na maior parte dos trabalhos clássicos de ecologia, trata-se de uma planta ou de uma comunidade de plantas (floresta, cerrado). Com efeito, a ecologia moderna é essencialmente uma fitogeografia: as plantas são mais cômodas para manipular, mais bem conhecidas, estreitamente dependentes de um meio homogêneo, enquanto que os animais são mais diversificados, menos bem repartidos e, ainda, mais móveis. Esta orientação estritamente vegetal da ecologia "naturalista", por mais cômoda que ela seja, é muito restrita para o propósito aqui colocado. Sobretudo, ela coloca um problema de finalidade.

---

[10] O meio é, etimologicamente, o que se encontra no centro do espaço. Todavia, o termo designa a noção inversa, isto é, o entorno, o que circunda o centro. É neste sentido que o geógrafo o emprega, subentendendo geralmente que é o homem que ocupa o centro do "meio geográfico". *Les milieux "naturels" du globe. J. Demangeot. Masson, p. 10.*

Do ponto de vista das comunidades rurais, o “meio natural” é, em uma primeira aproximação, o conjunto dos elementos “naturais”: relevo, clima, águas, solo, vegetação, fauna, que concorrem para a estruturação do espaço rural.

A existência do “meio” está ligada ao equilíbrio entre todos os elementos que o compõem. Mas só se pode falar de um equilíbrio instável, evolutivo. Quando o equilíbrio atinge seu mais alto nível, ou seja, quando o potencial abiótico está inteiramente saturado pela exploração biológica (não existe mais lugar para se tomar para os seres vivos exteriores à combinação), diz-se que o meio está em estado de “clímax” (em grego: o mais alto nível da escala). O conceito de clímax, ou de equilíbrio climácico, é a base de toda a interpretação ecológica quando se trata de caracterizar a dinâmica dos meios naturais. Ao menos em teoria, o clímax é assimilado ao ponto de partida da evolução dos meios. Dessa forma, ele representa, para nosso meio natural, no sentido mais estreito do termo, o ambiente ecológico “primário” não modificado pelo homem. O clímax é, pois, um postulado cômodo para a análise histórica do espaço natural.

O espaço rural não deve estar em oposição ao meio natural. Um sucede o outro. Mas se o meio natural não existe mais, o espaço rural comporta importantes elementos naturais. Estes últimos não formam uma estrutura da evolução autônoma, mas participam da dinâmica do conjunto do espaço rural. Todavia, em uma primeira aproximação, é preciso distinguir vários tipos de combinações.

Se não há mais meio natural no que diz respeito à estrutura e sistema independente, os elementos naturais e seus mecanismos próprios participam sempre na formação e no dinamismo do espaço rural (exceto o caso limitado de cultura inteiramente artificial, sob estufa, por exemplo). Esta realidade ecológica não tem, pois, existência fora do espaço rural e das organizações humanas. O problema essencial é saber qual lugar ela ocupa na combinação rural. Aqui se tropeça, obrigatoriamente, sobre a questão do determinismo.

O debate determinista deve ser decomposto em vários níveis de resolução, em função da escala dos fenômenos estudados, quer sejam eles espaciais, temporais ou sociais. Mas, é preciso primeiro se desembaraçar do discurso maniqueísta sobre as relações do Homem e da Natureza que só tem sentido no plano metafísico e que levanta novamente teorias filosóficas que não concernem, pelo menos diretamente, à concepção das transformações históricas da paisagem. É preciso ter consciência de que o determinismo natural está sempre no interior de uma dada estrutura socioeconômica.

Isto implica que a Geografia não se desvirtue, que seja fiel a seu papel de relação entre o estudo dos problemas humanos e os do meio no qual se inserem. Em uma palavra, que se adira a uma concepção ecológica como a proposta por Max Sorre. O meio físico impõe sérias limitações biológicas ao homem enquanto ser vivo. Apesar de que a técnica possa vencer os obstáculos que se opõem, o meio físico continua inferindo limitações: pelos custos!

O produtor, submisso ao jogo do agronegócio

A fronteira se organiza em função dos mercados e das conjunturas momentâneas. Ela alterna fases de prosperidade com fases de depressões, de regressões. Esse caráter volátil é reflexo do menosprezo que se tem, na fronteira e além da fronteira, do seu maior patrimônio: o homem e o meio. A discussão sobre as potencialidades das variáveis ambientais (clima, solo, água, biodiversidade) é ofuscada pelos enfoques oportunistas. Faz falta uma territorialização do ambiente e, notadamente, uma avaliação, a partir de indicadores objetivos, da sustentabilidade ambiental. Todo o esforço e, diga-se de passagem, o sucesso no aumento da produtividade, não é revertido em benefício do produtor e nem mesmo do meio ambiente. De um lado, o aumento da produtividade tem motivado uma competição em que aqueles produtores que não têm capacidade de criar corpo são excluídos. De outro lado, o aumento da produtividade não tem contribuído de forma significativa para reduzir o ritmo do avanço da fronteira às áreas de floresta. A fronteira continua avançando, mesmo que esta mobilidade não tenha respaldo em uma possível necessidade de produzir mais. Há muito mais áreas desmatadas do que áreas efetivamente ocupadas economicamente. O avanço da fronteira ignora as áreas que, embora degradadas, ofereceriam melhores condições para o uso agrícola, notadamente, no quesito da logística de transporte e, claro, da preservação das áreas de florestas.

Nós vamos abordar, neste momento, os aspectos que são reveladores de como o produtor de grãos está totalmente submisso ao jogo do agronegócio, principalmente no papel de produtor-consumidor. Nunca é demais lembrar que o sistema é dual, ou seja, composto de duas vertentes antagônicas: a da exclusão e a da inclusão.

O depoimento de Osmar Bergamasco (bergomoc@terra.com.br), plantador de soja em Nova Mutum, é revelador dessa submissão:

- comprou a área ao preço de 165 sacas de soja/hectare. O preço da saca de soja, no momento da compra da propriedade estava a U$ 8,00 (cerca de 4 mil reais o hectare). O preço atual (2004) do hectare está em torno de 7.500 reais. O valor da terra depende de algumas variáveis: localização, topografia, água, energia, proximidade com a cidade, benfeitorias etc.;

- na região, quem investiu em terra não tem dinheiro para comprar adubo. Os recursos do Banco do Brasil não são suficientes. Algumas áreas não têm escritura. A apropriação se “legaliza” a partir de um “contrato de compra”;
- os grandes compradores/fornecedores são: Cargil, Bunge, ADM...;
- os recursos para plantio: se o agricultor precisa de 100 mil dólares, por exemplo, ele fará um contrato de entrega de um número x de sacas – correspondente ao valor do empréstimo. O restante da produção é vendido no momento (mercado) mais favorável. O dinheiro tomado no início de outubro deve ser

pago em 30 de abril. Quando o preço da soja está favorável ao agricultor, os compradores suspendem as compras. Nesse momento (julho de 2004), o preço da soja (U$ 10,00/saca) é muito interessante ao produtor, mas os compradores se recusam a comprar. Nesse caso, os produtores armazenam o produto em barracões de terceiros e pagam a armazenagem.

- fala-se em dois sistemas de venda: (a) BALCÃO: entrega na ADM o volume suficiente para pagamento da dívida e armazena o restante, na expectativa de preços mais vantajosos; (b) DISPONÍVEL: armazena a produção e paga pela secagem; no entanto, o produtor tem maior autonomia no momento da venda; o mercado de soja está muito aquecido;
- a região não é boa para a pecuária devido à estação seca prolongada provocar *stress* hídrico nas pastagens; a rentabilidade do rebanho não é suficiente para refazer os pastos;
- no “médio norte” (Lucas, Tapurah, Sorriso), as chapadas são menores, as aguadas ficam mais próximas. A altitude de 300/400 metros: é uma chapada “debaixo da serra”, há maior disponibilidade e facilidade de acesso à água;
- o teor de argila dos latossolos dessa região está em torno de 61% a 63 %, portanto, muito favorável ao plantio da soja;
- a renovação tecnológica do maquinário se dá de forma muito rápida;
- qualquer mudança fica muito cara para o produtor. Um trator de 180 CV custava 137 mil reais (31/1/03). O mesmo trator passou a custar 174 mil reais (abril/03) e 200 mil reais (1º/10/03);
- é possível prever que as dificuldades serão muito maiores para os produtores que cultivarem menos de 1.000 hectares;
- um possível uso coletivo de máquinas – pelos produtores de soja – é muito difícil: a soja é colhida no período de chuvas e, portanto, é preciso colher na hora certa, que, regra geral, é de período curto;
- a informatização da cultura da soja (plantio + colheita + comercialização) requer pessoal qualificado; no entanto, está cada vez mais difícil encontrar mão-de-obra qualificada para todo esse complexo. Há 10 anos, era necessário 4 a 5 peões para se plantar 350 ha de soja; hoje se faz o mesmo trabalho com apenas 2 peões, ou seja, o modelo é excludente: a tecnologia foi violenta, excluiu o homem;
- o proprietário tem que ser agrônomo, economista, técnico, engenheiro, mecânico e agricultor: tudo isso é muito estressante;
- quem mais planta, mais tem: os grandes produtores têm condições de comprar direto da indústria e, na hora da venda, têm melhores condições. O grande produtor, embora com uma produtividade mais baixa, tem uma lucratividade maior. Os grandes estão comprando novas áreas – dos médios proprietários;

- o fato da produção de grãos crescer 10% ao ano, no Brasil, leva algumas ONGs – canadenses – a proporem que os produtores reduzam a produção em 10% e, estas, os compensariam com pagamento (pelo não plantio);
- há pressões do Congresso Americano para que o governo brasileiro não subsidie o plantio da soja no Brasil.
- a soja transgênica: três ou quatro multinacionais, que vivem da soja brasileira. O volume é muito grande. A briga é entre aquelas empresas que perderam a corrida pelo transgênico;
- "*A mídia da venda dos insumos é a mesma da venda dos cosméticos*", conclui o produtor Bergamasco.

Conclusões:

As sucessivas mudanças dos "planos de desenvolvimento", ao sabor das conjunturas políticas e econômicas, contribuíram para a falência da grande maioria dos projetos de colonização. A nossa conclusão está voltada para algumas variáveis que apontam para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento regional:

Um modelo excludente: no esforço de escolher uma imagem que seja reveladora do *ambiente* da fronteira atual eu diria que esta imagem é o da "**exclusão**". A fronteira se organiza em função dos mercados e das conjunturas momentâneas; ela alterna fases de prosperidade com fases de depressões, de regressões. O sucesso no aumento da produtividade, não é revertido em benefício do produtor e nem mesmo do meio ambiente. A fronteira continua avançando, mesmo que esta mobilidade não tenha respaldo numa possível necessidade de produzir mais. Há muito mais áreas desmatadas do que as áreas efetivamente ocupadas economicamente.

Um modelo produtivista - após vinte anos é o agronegócio que, notadamente no Mato Grosso, conhece o mais forte desenvolvimento, sustentado pela necessidade do Brasil obter divisas a partir de produtos exportáveis como a soja. A superfície plantada aumentou de 43% no Brasil, entre 1980 e 1990 e, em mais de 150% no Mato Grosso.

Desflorestamento e fragmentação contínua das florestas amazônicas - os estudos recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2000, 2002, 2005), no âmbito dos quais o desmatamento é qualificado a partir da interpretação de imagens de satélites, mostram que a área total de floresta tropical derrubada na Região Amazônica aumentou para 631 mil km^2 em 2003. Isso equivale a 15,4% da área coberta pela floresta tropical na Amazônia Legal, calculada por Skole e Tucker (1993) em 4,1 milhões de km^2. Estimativas oficiais do governo divulgam que 26,1 mil km^2 teriam sido desmatados entre agosto de 2003 e julho de 2004.

Atividades madeireiras - Grupos de madeireiros danificam gravemente de 10 a 15 mil km² de floresta por ano, que não estão incluídos nas estatísticas de desmatamento (Nepstad et al., 1999), tendo em vista que a extração de madeira se espalha para grandes áreas da região amazônica sem nenhuma regulamentação. Em 2001, 189 milhões de m^3 de madeira em tora foram apreendidos, 78 % a mais que em 2001 (Folha de São Paulo, 11.6.2002). Nos projetos, entendidos como economicamente necessários, deve haver uma escala de classificação totalmente nova, sobre o que significa "desenvolvimento", como custos e fatores de tempo: os custos ecológicos e sociais, diretos e indiretos, e custos subsequentes devem ser incluídos nos projetos e ser testados no sentido de um efeito positivo a médio e longo prazo. A transversalidade de políticas e práticas não está ocorrendo nas frentes de expansão da Amazônia, onde se observa uma retomada e aceleração na apropriação de terras públicas, na degradação das florestas por ação de madeireiros e na expansão da pecuária para *amansar* o solo antes da expansão da soja.

BIBLIOGRAFIA

ALBALADEJO C. ; TULET, J.C., (dir.) **Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne**. Paris : L'Harmattan, 1996. (Recherche et documents Amériques latines)

AMIGOS DA TERRA. Programa Amazônia **Garimpagem Florestal**. Relatório atualizado sobre extração ilegal de madeira na Amazônia Brasileira. São Paulo: [s.n], 1997.

ANDERSON, A.B. (ed.) **Alternatives to deforestation:** steps toward sustainable use of the Amazon rain forest. New York: Columbia University, 1990.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Desenvolvimento econômico da Amazônia***:* redação preliminar. Belém: Universidade Federal do Pará, 1966.

BECKER, Bertha K. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2. p. 5-17, 1997.

BECKER, B.K. Geopolítica da amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p. 71-86. 2005.

BARROS, A.C. et al. Os custos ambientais do Programa Avança Brasil: Amazônia: avança o Brasil? **Cadernos Adenauer,** Rio de Janeiro, v**.** 2, n.4 p.51-77, 2001.

BERTRAND, Georges. Pour une histoire écologique de la France rurale. In: DUBY, G.; WALLOM, A. (org.). **Histoire de la France rurale**. Paris: Seuil, 1975, v. 1.

BRANFORD, S.; GLOCK, P. **The last frontier**: fighting over land in the Amazon. Londres: Zed Press, 1985.

BRASIL. Presidência da República. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: CIMA, 1991.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**: ações prioritárias. 2.ed. Brasília, 2004. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. (versão PDF). Disponível em: < http://mma.gov.br > Acesso em: 20/08/2004.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano quinquenal de desenvolvimento:** 1967-1971. Belém: SUDAM, 1967.

_____. **II plano de desenvolvimento da Amazônia:** detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Belém: SUDAM, 1975.

_____. **III plano de desenvolvimento da Amazônia:** 1980-1984. Belém: SUDAM, 1979. 174p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano quinquenal de desenvolvimento:** 1967-1971. Belém: SUDAM, 1967.

CARDOSO, F.H., MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, B. de **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, E. ; F. PINTON (org.) **Faces do trópico úmido:** conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COY, M. Cidades pioneiras e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: transformação sócio-economica e desafios para o planejamento nas frentes pioneiras. **GEOSUL**, Florianópolis, n. 19/20, ano 10, pp. 51-67. 1995

DUBREUIL,V., BARIOU, R. & M.M. DOS PASSOS (2004): *Environnement et télédétection au Brésil – Meio ambiente e teledetecção no Brasil: Mato Grosso, Paraná, São Paulo.* – Presses Universitaires de Rennes, Rennes: 194 p.

GOODLAND, R.J.A. & H.S. IRWIN (1975): *Amazon jungle. Green hell to red desert? An ecological discussion of the environmental impact of the highway construction program in the Amazon Basin*. Elsevier Scientific Publishing Company, Oxford, New York, Amsterdam: 155 p.

HALL, L. *Amazônia: desenvolvimento para quem?* Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KOHLHEPP, G. (1991a): Impactos regionais de "grandes projetos" e as possibilidades de reorganização do espaço na periferia amazônica. – In: ARAGON, L.E. (ed.): *A desordem ecológica na Amazônia*. Série Cooperação Amazônica 7. UNAMAZ, UFPAM, Belém: 253-269.

KOHLHEPP, G. (1998a): O problema do espaço vital dos povos indígenas e os conflitos de interesse na demarcação das Áreas Indígenas na Amazônia Brasileira. – In: KÖNIG, H.-J. (ed.): *El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana. Pasado y presente*. (=Americana eystettensia. Serie A: Kongreßakten 18). Vervuert, Frankfurt am Main, Madrid: 109-120.

MARTINS, J.S. *A militarização da questão agrária no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1984.

MIN (Ministério da Integração Nacional) (2003): *Política Nacional de Desenvolvimento Regional.* Brasília: 57 p.

MIN/MMA (Ministério do Meio Ambiente) (2004): *Plano Amazônia Sustentável – PAS. Vol. 1: Diagnóstico e Estratégia.* Brasília: 87 p.

MONTEIRO, C. A. F**.** *A questão ambiental no Brasil: 1960-1980.* São Paulo: USP, IGEOG, 1981. 133 p.

PASSOS, M. M. DOS *A BR-163: de estrada dos colonos a corredor de exportação.* Maringá: Massoni, 2007.

STERNBERG, H. O´R. *Frontières contemporaines en Amazonie brésilienne : quelques consequences sur l´environnement. Les phenomènes de frontière dans les pays tropicaux : objectifs et mecanismes de mouvements pionniers.* (Table organisée par l´Institut des Hautes Études de l´Amérique Latine, avec la patronage du CNRS). Paris, 1979.